

Economia - Brasil

PARADOXOS

Mauro Santayana

Os paradoxos constituem incitante exercício intelectual e, analisados, têm servido para o diagnóstico de graves psicopatias. Mas os paradoxos, na banalização contemporânea do termo, se tornam ridículos, quando a força do poder pretende transformá-los em ortodoxias dogmáticas. Os convedores dos conceitos puros da lógica dirão que caímos em uma aporia — e é verdade. O que é paradoxal não pode ser ortodoxo, mas é o que tenta fazer o governo, porque esse governo se sente autorizado a reformar tudo, até mesmo as leis da lógica. Nem todos conseguimos identificar as evidentes contradições: temos os olhos ofuscados pelos *spot-lights* e os ouvidos entupidos pela repetição monótona da mentira neoliberal.

A contradição de base é a da política econômica. O dever do Estado é o de promover a prosperidade com segurança, mediante a produção de bens e serviços, com a mobilização dos recursos internos. Toda sociedade que produz o que necessita tem sua moeda estável, e se produz mais do que necessita, pode competir no mercado internacional, tanto na exportação como nas importações, sobretudo de tecnologia e bens de capital mantendo equilibradas as suas contas externas e exercendo controle efetivo sobre o câmbio. Só as nações com grande poderio bélico podem dever sem submeter-se. Sabemos disso pela experiência histórica. Contra essa evidência, os gênios monetaristas partem do princípio de que a moeda só é forte se a sociedade for débil, isto é, se houver menos consumo, menos produção, menos arrecadação, menos exportação, e mais importação, mais falências, mais desemprego. Como importar sem exportar significa déficit, e se, para cobrir esse déficit, temos que atrair mais capitais externos de curto prazo, pagando sempre juros mais altos, caímos na armadilha, e só a coragem política da mudança do modelo nos pode salvar. Prova da insensatez: a dívida pública (externa e interna) já é de 30,3% do PIB, segundo o sr. Horácio Piva. De acordo com a Fiesp, a massa salarial da indústria paulista caiu 9,3% de março para abril, o que reduzirá, na mesma proporção, a arrecadação tributária. Teremos que pagar, este ano, 28,6 bilhões de dólares aos credores externos, reduzindo as famosas reservas, e não poderemos manter os preços estáveis sob a ameaça das importações, a não ser que aumentemos ainda mais os juros, o que significará o suicídio do país. Mas o sr. Fernando Henrique continua repetindo o que a ortodoxia do Banco Central lhe manda dizer, que "não aceita" retomar o desenvolvimento econômico, para não "aquecer a economia".

O governo anunciou que vai investir na pequena e média empresa. Para isso há recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, parcela retirada dos salários que, em outra contradição espantosa, tem sido usado para financiar empresas multinacionais. Pois bem, o sr.



Ilustração: Fred Lobo

Mendonça de Barros, o mesmo que ganhou milhões em operações cambiais, já ditou as normas: as pequenas empresas só terão acesso ao dinheiro se oferecerem como garantias reais o dobro do que pedirem emprestado. Que garantias ofereceu o sr. Násser para receber de graça o Banco Econômico, com um "reforço de caixa" de 750 milhões? Essa é a *doxia* do governo. Ou o dogma do Banco Central.

A mais perturbadora coleção de contradições pode ser identificada no discurso presidencial de segunda-feira. O presidente, além de identificar os seus opositores como "neoburros", disse que "agora, o banco quebra, e o depositante, não". Com isso anunciou como novo o que vem sendo a política governamental desde que o sr. Roberto Campos inventou o Conselho Monetário no fim de 1964 e foi o

seu primeiro beneficiário, com a "fusão" do banco que não soube administrar. Desde então, alguns bancos têm quebrado, e depositantes resarcidos de seus haveres, embora os banqueiros nada tenham sofrido, nem em seu patrimônio, nem em sua liberdade. Quem paga a conta é sempre o cidadão que, se não o paga como correntista, paga-a como contribuinte.

Disse também o presidente que "quem tem cheque, tem dinheiro" e que, portanto, vai ressuscitar o Imposto de Movimentação Financeira. O senador Fernando Henrique quis um dia taxar as grandes fortunas, mas se arrependeu disso ao se tornar presidente. Não é contradição taxar quem recebe os seus salários pela rede bancária e isentar os banqueiros que acumulam bilhões com os juros que lhes paga o governo?

O Incra se prepara para indenizar os proprietários da Fazenda Macaxeira com 1,8 milhões. Segundo denúncia da antropóloga Maria Conceição Incao, os "donos" são meros concessionários da exploração de um castanhal. Quando o preço internacional da castanha caiu, derrubaram as castanheiras e formaram pastagens. Em uma ordem jurídica correta, o Estado deveria, sim, não só os expulsar de lá, como deles exigir indenização pela destruição do patrimônio público.

O presidente quer impedir que os fundos de pensão, com a Previ à frente, comprem a participação do Banco Bozano Simonsen na Usiminas, porque isso significaria retorno ao monopólio estatal. Mas o seu mesmo governo, por intermédio do sr. Nelson Jobim, impediu que o Cade proibisse o Grupo Gerdau de controlar a produção de um tipo de aço no país. O sr. Gerdau pode. Centenas de milhares de participantes dos fundos de pensão não podem.

Segundo alguns psicoterapeutas, o paradoxo é recurso habitual na comunicação dos esquizofrênicos. Como há indivíduos esquizofrênicos, há também governos esquizofrênicos. Os governos se tornam esquizofrênicos quando perdem a consciência das relações reais e criam um mundo limitado por suas próprias e discutíveis razões, sua própria e discutível "lógica".

Como sua excelência se queixa muito dos pessimistas, temos sinais objetivos que nos levam ao otimismo. Apesar da gritaria e dos holofotes, os empresários estão vendo as coisas com clareza. O sr. Roberto Nicolau Jeha, em um debate, segunda-feira, em São Paulo, disse que "o Brasil não tem uma estratégia de inserção no mercado mundial, e sim de 'doação'". E repetiu com a boa razão, que "é preciso expandir o mercado interno, por meio da distribuição de renda". Para isso, completou, é fundamental "um pacto entre a burguesia industrial e os trabalhadores, para retirar a burguesia financeira do poder".

A Fiesp atua a fim de derrubar os artigos 5, 6, 7 e 8 da Medida Provisória 1.410, redigida pelos "juristas" do Banco Central. Esses dispositivos, contrariando todos os princípios do Direito, autorizam os bancos a arrestar sumariamente os bens dos devedores, não permitindo que discutam previamente a legitimidade ou não da dívida, e determinam a cobrança de juros sobre juros, medidas que atingem também os portadores de cheques especiais.

Há setores do governo agachados e convencidos de que não temos mais possibilidade de manter a soberania nacional afirmada com sangue em Lomas Valentinas e em Monte Castelo, e é melhor fazer tudo o que os outros mandam. É preciso que os patriotas se unam, para conduzi-los ao seu dever para com a Nação. Do contrário, corremos o risco de nos tornar novo, imenso e humilhado Porto Rico.

■ Mauro Santayana é jornalista